

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Era uma vez no México.....	2
Título: Prévia da inflação oficial desacelera e fica em 0,64% em julho	2
Título: Bolsa sobe 1,41%, e dólar recua a R\$ 3,774, menor nível em um mês.....	3
Título: Eletrobras precisa investir R\$ 10 bilhões a mais por ano	5
Título: Vaivém sobre leilão afeta ações da estatal	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Prévia da inflação dá trégua após efeitos da greve	8
Título: Governo reduz sua projeção para o PIB e eleva a de inflação	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: O recuo da ANP.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Gasolina tem preço mais baixo desde fim da greve	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Era uma vez no México**

Por causa da vitória do esquerdista López Obrador, o México adiou os leilões de petróleo marcados para setembro e outubro. Agora, eles devem acontecer somente em fevereiro de 2019, depois da posse do novo presidente.

Segue...

Essa posição poderia fortalecer os leilões do pré-sal. Mas o clima político por aqui também é cinzento. Um dos candidatos, Ciro Gomes, já avisou que, caso eleito, irá expropriar os campos de petróleo “vendidos abaixo do preço”.

Em tempo...

O governo agendou para dia 28 de setembro a quinta rodada de licitações do pré-sal, que vai oferecer quatro blocos exploratórios. Ou seja: a pouco mais de uma semana da eleição presidencial de 7 de outubro.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Prévia da inflação oficial desacelera e fica em 0,64% em julho**

Apesar da alta mais fraca, índice é o pior para o mês desde 2004. Energia pesou

Após o impacto da greve dos caminhoneiros no mês passado, a prévia da inflação desacelerou em julho. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) subiu 0,64%, bem abaixo dos 1,11% da taxa de junho, que teve forte influência da paralisação dos caminhoneiros no mês de maio. Em julho de 2017, o índice tinha registrado deflação de 0,18%.

Para analistas, essa desaceleração da inflação em julho comprova que a alta do mês anterior foi temporária, afetada pela escassez da oferta causada pela paralisação. Apesar da desaceleração, o avanço de julho é o maior para o mês desde 2004, quando subiu 0,93%. A variação acumulada em 2018 foi de 3%. No resultado acumulado dos últimos 12 meses, a inflação acelerou para 4,53%, acima dos 3,68% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Três grupos responderam por quase a totalidade da inflação no mês de julho pelo IPCA-15: alimentos, categoria que teve alta de 0,61%; transportes, com expansão de 0,79%; e habitação, que subiu 1,99%, pressionada pelos reajustes nas tarifas de energia elétrica em concessionárias com peso relevante na inflação oficial. Após disparar 1,57% por causa da greve dos caminhoneiros no IPCA-15 de junho, a alta dos preços de alimentos desacelerou para 0,61%. Alguns itens tiveram inclusive deflação, como a batata-inglesa (24,80%), o tomate (23,57%), a cebola (21,37%), as hortaliças (7,63%) e as frutas (-5,24%).

Quanto ao restante de julho, a expectativa do mercado é que haja uma desaceleração adicional à registrada pelo IPCA-15, principalmente influenciada pela deflação de frutas e legumes, além do combustível. Por outro lado, ressalta o Banco MUFG Brasil, o ritmo de desinflação deverá ser limitado pelo aumento de preço das carnes, ainda impactado pela greve dos caminhoneiros, e das passagens aéreas, devido à temporada de férias. A projeção preliminar para o IPCA de julho do Itaú aponta variação de 0,28%, com a taxa em 12 meses estável em 4,4%.

A principal contribuição de alta, segundo o banco, virá do grupo habitação, pressionado pela energia elétrica. Por outro lado, prevê taxas negativas dos grupos alimentação e vestuário. Alberto Ramos, economista do Banco Goldman Sachs, ressaltou que o índice de difusão da inflação, ou seja, a quantidade de produtos pesquisados cujos preços aceleraram, caiu para 54,2%, ante os 66% registrados em junho, mas acima dos 45,2% de julho de 2017.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriel Martins

Título: Bolsa sobe 1,41%, e dólar recua a R\$ 3,774, menor nível em um mês

Mercado reage à decisão do centrão de apoiar Alckmin e à fala de Trump sobre juro

O noticiário político afetou o desempenho do mercado financeiro. O dólar comercial encerrou o pregão com queda de 1,87%, a R\$ 3,774, o menor valor desde 21 de junho. Entre as principais moedas acompanhadas pela Bloomberg, o real teve a maior valorização frente ao dólar. No mercado de ações, o Ibovespa, índice de referência dos investidores, avançou 1,41%, aos 78.571 pontos, o maior nível desde 4 de junho. Os investidores, que preferem um candidato mais alinhado com a agenda de reformas e ajuste fiscal, reagiram à decisão do centrão de apoiar Geraldo Alckmin (PSDB) na eleição.

No cenário externo, contribuíram ainda as declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, criticando, pelo segundo dia seguido, o aumento de juros no país. A declaração de Trump quebra uma tradição de mais de duas décadas na Casa Branca de evitar comentários sobre a política monetária em respeito à independência do Federal Reserve, o banco central dos EUA.

Para Luis Gustavo Pereira, estrategista da Guide Investimentos, o mercado demonstrou a expectativa de que um candidato alinhado com as reformas possa chegar ao segundo turno das eleições: — Foi um passo importante a aliança do candidato com o chamado centrão, mas ainda é necessária a consolidação deste apoio nas pesquisas de intenção de voto.

PETROBRAS E BANCOS FECHAM EM ALTA

O estrategista da Guide acredita que, na próxima semana, o mercado pode se ajustar e que os ganhos sejam revertidos: — Na próxima semana, o mercado pode ter um ajuste, e, com isso, dólar e Bolsa podem reverter a tendência desta sexta. Porém, com a oficialização das candidaturas e o início da propaganda eleitoral, caso os candidatos reformistas apareçam com destaque, os investidores podem se animar mais.

No acumulado da semana, o dólar teve queda de 1,99%, e a Bolsa registrou ganhos de 2,58%. Para Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, os investidores avaliam que ainda é necessária a consolidação do cenário registrado ontem, o que dependerá das pesquisas. O desempenho do mercado, na avaliação dos especialistas, ainda requer cautela. — Estamos observando uma prévia do que o período de eleições nos reserva. Neste momento, o mercado está de bom humor com as alianças de Alckmin, mas, como o cenário político é bastante volátil, essa tendência de queda do dólar pode mudar com os desdobramentos até outubro.

No mercado de ações, os destaques foram as estatais e os bancos. As ações da Petrobras, tanto as ON (ordinárias, com direito a voto) quanto as PN (preferenciais, sem direito a voto), terminaram com valorização: 2,2% e 4,51%, respectivamente. A alta da petroleira na Bolsa é influenciada tanto pelo cenário eleitoral quanto pelas declarações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre o preço dos combustíveis. O diretor-geral da agência, Décio Oddone, afirmou na quinta-feira que a ANP desistiu de fixar a periodicidade dos reajustes de combustíveis. Os papéis dos bancos fecharam em alta. As ações do Banco do Brasil avançaram 5,3%; as do Bradesco, 3,47%, e as do Itaú, 2,84%.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Eletrobras precisa investir R\$ 10 bilhões a mais por ano**

Objetivo seria manter fatia dos mercados de geração e transmissão

-BRASÍLIA- A Eletrobras precisa investir mais R\$ 10 bilhões por ano para manter a sua participação no mercado de geração e transmissão de energia no país. Hoje, a companhia aplica R\$ 4 bilhões, e o ideal seriam R\$ 14 bilhões. Para entrar dinheiro novo, é necessário capitalizar a empresa, passo que ocorreria com a privatização. A avaliação é do presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. Anunciada pelo governo há quase um ano, a privatização da Eletrobras não vai sair em 2018, por falta de apoio político no Congresso. — A Eletrobras precisa de novos projetos. Para novos projetos, precisa de recursos.

Com R\$ 4 bilhões, ela perde participação no mercado — disse Ferreira, em entrevista ao GLOBO. — O único meio de a companhia sustentar seu market-share são investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões, e não R\$ 4 bilhões. Para ela ir por esse caminho, ela precisa se capitalizar.

PRIVATIZAÇÃO SÓ NO PRÓXIMO GOVERNO

Para ele, é "razoável" que a privatização da empresa seja decidida pelo próximo governo: — A retomada desse projeto, se for do interesse, ocorrerá pelo novo governo. Eu acho bastante razoável. A vantagem do atraso é que vai permitir que seja sintonizado com o novo governo, que haverá de avaliar a proposta que nós fizemos para a companhia.

Em cinco anos, a empresa deixará de investir R\$ 50 bilhões, por falta de recursos próprios dos acionistas e por não conseguir financiamento nos bancos. A Eletrobras já reduziu sua participação no segmento de geração: ela baixou de 36% em 2011 para 31% cinco anos depois. A estatal é responsável por cerca de 45% do mercado de transmissão no país.

A dívida bruta da empresa hoje chega a R\$ 45,5 bilhões, o que fez a estatal atrasar a entrega de empreendimentos e montar um plano de desinvestimentos que prevê a venda das distribuidoras de energia que operam no Norte e Nordeste. Os leilões dessas empresas, altamente deficitárias, com prejuízos de R\$ 35 bilhões, estão marcados para 26 de julho e 30 de agosto.

A empresa também planeja vender a participação em 70 projetos (as Sociedades de Propósito Específico, que incluem parcerias em ativos de geração

e transmissão). — O pior de tudo é não entregar projetos que são prioridades para as pessoas. Você não investe porque não é capaz, com esse nível elevado de alavancagem, de tomar financiamento, o banco não empresta. Quando nós fizemos as chamadas públicas (para repassar as concessões), é porque nós não seríamos capazes de financiar — disse o presidente da estatal.

A sequência de atrasos em obras de linhas de transmissão fez as subsidiárias da Eletrobras Chesf, Eletronorte e Furnas serem proibidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de participarem do último leilão organizado pelo órgão. Ferreira admite que os processos de redução de custos e venda de ativos foram feitos mais devagar do que o ritmo esperado pelo mercado: — No caso das distribuidoras, está no caminho, mas está atrasado. Mas o importante é que vai ser feito. Está anunciado e vai ser feito. No caso das SPEs, a gente está na fase final das conversas com o TCU (Tribunal de Contas da União) para que a gente possa anunciar.

TARIFA MAIOR EM ANGRA 3

O governo já abriu caminho para aumentar a tarifa da energia que será gerada por Angra 3, na tentativa de viabilizar a retomada das obras com a entrada de um investidor estrangeiro. A Eletrobras defende o aumento do preço, e garante que o consumidor sairá beneficiado. — Para o consumidor, não importa se custa R\$ 14 bilhões ou R\$ 17 bilhões. Isso só importa para o investidor. Nós só temos benefício para o consumidor se a usina entrar. E, para a usina entrar, tem que colocar o preço correto — afirma.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Vaivém sobre leilão afeta ações da estatal

Valor de mercado chegou a R\$ 34 bi com plano de privatização. Agora, é de R\$ 24,2 bi

SÃO PAULO- O vaivém das notícias sobre o leilão das distribuidoras da Eletrobras e a privatização da própria estatal tem causado forte oscilação nos papéis da estatal. Com a movimentação, o valor de mercado da companhia saiu de pouco mais de R\$ 20 bilhões em agosto do ano passado, quando o governo anunciou a intenção de privatizar a empresa, para mais de R\$ 34,8 bilhões no fim de fevereiro. No entanto, a dificuldade de tirar esses planos do papel fizeram com que o valor recuasse a R\$ 24,2 bilhões.

Toda essa volatilidade tem uma razão. O leilão das distribuidoras reduziria a pressão sobre as despesas da estatal, abrindo caminho para que ela volte a dar lucro no resultado anual e facilitando a privatização da holding. Sem que isso aconteça, fica menor o interesse nas ações. A decisão de realizar o leilão da distribuidora do Piauí, a Cepisa, no dia 26 de julho, e o cenário político contribuíram para a alta recente das ações da estatal — ontem as preferenciais subiram 4,92% (R\$ 19,20) e as ordinárias, 5,63% (R\$ 17,27). — A venda das distribuidoras não é só uma privatização.

A Eletrobras assumiu essas empresas de maneira provisória e elas só dão prejuízo. Se não houver leilão, elas serão liquidadas, e os débitos iriam para a holding. Por isso, o leilão é um evento tão positivo para a Eletrobras — avaliou Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos.

Para Thiago Tavares Silva, analista da Toro Investimentos, o custo de uma potencial liquidação, caso a venda não ocorra até 31 de dezembro, está estimado em R\$ 22 bilhões, o que levaria a empresa a fazer outros desinvestimentos ou conseguir recursos com mais dívida ou renovação de concessões. — Os investidores ficam desorientados. Mesmo que as distribuidoras sejam leiloadas, ainda fica em uma dúvida sobre o processo de privatização da Eletrobras — disse.

INTERESSE DE INVESTIDORES

Mesmo com a forte volatilidade dos papéis, o leilão das distribuidoras tem atraído o olhar de investidores interessados nesses ativos, mesmo tendo que assumir parte da dívida dessas empresas — a mais endividada é a do Amazonas. — Os participantes estão vendo de que forma podem melhorar a eficiência dessas empresas. Com uma gestão privada e busca por otimização o prejuízo pode ser reduzido — avaliou Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia.

Esse processo de valorização das ações da Eletrobras teve início em agosto do ano passado, quando o governo informou que planejava privatizar a empresa. A expectativa era que a operação pudesse render em um ano R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. A notícia fez o valor de mercado da empresa subir, em apenas um dia, R\$ 9,1 bilhões, terminando o pregão de 22 de agosto em R\$ 29,3 bilhões (com as ações preferenciais a R\$ 23,55 e as ordinárias, a R\$ 21,20).

Esse fôlego durou mais alguns meses e o valor de mercado da Eletrobras chegou a atingir R\$ 34,8 bilhões em 23 de fevereiro. No entanto, com dificuldade de vender até as distribuidoras deficitárias, em um leilão alvo de uma batalha jurídica, a empresa diminuiu e seu valor de mercado está em R\$ 24,2 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Anais Fernandes**Título:** Prévia da inflação dá trégua após efeitos da greve

Após registrar em junho a maior alta para o mês desde 1995, a inflação dá sinais de que trará algum alívio ao consumidor em julho, conforme os preços dos alimentos retornam à normalidade após o impacto da paralisação de caminhoneiros.

O IPCA-15 deste mês, que coletou informações entre 14 de junho e 12 de julho e que serve como uma prévia da inflação oficial do país, desacelerou para 0,64%, informou o IBGE nesta sexta-feira (20).

A expectativa dos analistas ouvidos pela agência Bloomberg era de avanço de 0,73%.

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3%, e, em 12 meses, acelerou para 4,53% — acima do centro da meta do governo para 2018, de 4,5%.

Apesar da redução de 0,47 ponto percentual em relação ao 1,11% de junho, o dado de julho representa a maior taxa para o mês desde 2004 (0,93%).

“O patamar ficou mais elevado porque ainda há reflexos da greve. Eles vão se diluindo, há espaço para mais queda, mas nada muito além do que vimos”, diz Joelson Sampaio, professor da FGV EESP (Escola de Economia de São Paulo).

A conta de luz mais cara segurou a queda do índice. A energia elétrica subiu 6,77%, exercendo o maior impacto individual sobre o indicador. Segundo o IBGE, a alta reflete reajustes nas tarifas em São Paulo, Curitiba, Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em casa, as famílias pagaram mais também pelo gás: o botijão subiu 1,36%. No início de julho, a Petrobras autorizou reajuste nas refinarias de 4,38% para o modelo de 13 kg.

Com isso, a categoria habitação foi de 1,74% em junho para 1,99% em julho, maior variação entre os nove grupos monitorados pelo instituto.

A alimentação — vilã do IPCA-15 anterior, quando subiu 1,57% — desacelerou para 0,61%. O preço dos alimentos subiu no mês passado porque produtos ficaram retidos em bloqueios nas estradas durante o movimento de caminhoneiros que começou em 21 de maio e durou 11 dias.

Entre as principais quedas de julho estão batata-inglesa (-24,8%), tomate (-23,57%), cebola (-21,37%), hortaliças (-7.63%) e frutas (-5,24%).

“Produtos de ciclo baixo foram fortemente influenciados, mas o que aconteceu em hortifrúti foi pontual, e os preços estão se estabilizando em patamares anteriores à greve”, afirma Thiago Berka, economista da Apas (Associação Paulista de Supermercados).

Outros produtos, no entanto, seguem em alta, como o leite longa vida (18,3%) e o frango inteiro (6,69%).

Francisco D’Orto Neto, professor da Faculdade Fipecafi, diz que é normal aumentos de preços acontecerem mais rápido que cortes. “Quem controla faz o repasse rápido para corrigir o problema, mas não abaixa de imediato”, afirma.

Transportes avançaram 0,79%, abaixo do 1,95% de junho. Isso porque os combustíveis recuaram 0,57%, com redução nos preços do óleo diesel (-6,29%), etanol (-0,78%) e gasolina (-0,37%). Na outra ponta, as passagens aéreas subiram 45,05%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo reduz sua projeção para o PIB e eleva a de inflação

Por causa da regra do teto, houve ainda corte no volume de recursos a serem liberados, de R\$ 1,8 bi para R\$ 666 mi

Maeli Prado

O aumento da arrecadação da União com royalties de petróleo e o esforço fiscal de estados e empresas estatais garantirá uma folga de mais de R\$ 10 bilhões para manejar eventuais riscos fiscais neste ano.

Isso vai permitir também ao governo desbloquear cerca de R\$ 600 milhões do Orçamento.

A equipe econômica divulgou nesta sexta-feira (20) a revisão da programação orçamentária, que é mudada a cada dois meses com base nas atualizações das previsões para arrecadação e gastos.

O espaço para essa liberação em relação à meta do ano seria de R\$ 1,8 bilhão, mas o montante efetivamente liberado será menor, de R\$ 666 milhões, por causa da regra do teto de gastos.

O R\$ 1,1 bilhão restante poderá ser usado para despesas fora do teto, como por exemplo uma eventual capitalização de estatais, como a Caixa, que já acertou com o governo a devolução de dividendos.

No relatório, a equipe econômica confirmou que a projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) foi revisada de uma alta de 2,5% para 1,6% neste ano, por causa da paralisação dos caminhoneiros.

A deterioração de expectativas em relação à economia fez o Ministério da Fazenda também cortar a previsão para a expansão da atividade em 2019 de 3,3% para 2,5%.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, não informou quais as pastas que receberão os recursos liberados.

“A demanda é muito maior do que esses R\$ 666 milhões. A prioridade é a manutenção dos órgãos. Vamos priorizar os que tiverem orçamento insuficiente”, disse Colnago.

A liberação foi possível, porque a projeção para a arrecadação aumentou em R\$ 11,6 bilhões em relação ao relatório de maio.

A maior parte desses recursos extras vem do crescimento de R\$ 7,3 bilhões nas receitas previstas com exploração de recursos naturais, formadas principalmente por royalties de petróleo.

Desse montante, R\$ 8,4 bilhões foram transferidos a estados e municípios.

Esse é um dos fatores que permitirá que os entes da Federação entreguem um resultado positivo de R\$ 10 bilhões, muito maior que a meta fixada pelo governo, de R\$ 1,2 bilhão.

Segundo a secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi, as estatais, por sua vez, que tinham uma meta de déficit de R\$ 3,5 bilhões, deverão ter um resultado negativo de apenas R\$ 164 milhões, abrindo folga de R\$ 3,3 bilhões.

“A perspectiva é de um resultado sob controle para o ano, com riscos fiscais muito baixos. A expectativa é termos, de fato, um espaço para gestão de riscos fiscais e bons resultados para 2018”, disse.

Do lado dos gastos, houve um crescimento em relação ao último relatório.

O governo teve de abrir um crédito extraordinário de R\$ 9,5 bilhões para conseguir entregar medidas que compensassem a redução do preço do diesel, uma reivindicação dos caminhoneiros.

O Planejamento afirmou ainda que irá propor ao presidente Michel Temer que o reajuste dos servidores, previsto para 2019, fique para 2020.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O recuo da ANP

Com o anúncio, na quinta-feira passada, de que desistiu de fixar periodicidade para os reajustes dos preços de combustíveis, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retirou do cenário um dos elementos a que as autoridades tinham recorrido para agradar aos caminhoneiros, mas que perturbavam o livre funcionamento do mercado. A greve de 11 dias dos caminhoneiros contra os aumentos constantes do diesel provocou o desabastecimento em todo o País, paralisou a economia e levou o governo a agir sem avaliar de maneira prudente as consequências de seus atos e de suas propostas, como o tabelamento do frete rodoviário.

No início de junho, pouco depois de terminada a greve, a ANP decidiu abrir consulta pública sobre formas de controle do prazo dos reajustes da gasolina e do óleo diesel, que na época eram feitos quase diariamente pela Petrobrás. Não faltaram críticas à iniciativa, pois ela sugeria uma inadequada intervenção do governo na economia. Com o estabelecimento de um prazo mínimo para o repasse das oscilações da cotação internacional do petróleo, a ANP pretendia criar "um ambiente em que a frequência das variações dos preços dos combustíveis ao consumidor não seja questionada pela sociedade", como justificou na época o diretor-geral da agência, Décio Oddone.

A ANP abriu então consulta pública, realizada entre os dias 11 de junho e 2 de julho, para apresentação de propostas de todos os agentes envolvidos, inclusive a Petrobrás. A nova regra passaria a valer a partir do fim deste mês. Na ocasião, Oddone argumentou que a fixação de prazo para reajuste não representaria intervenção na política de preços da estatal, mas respondia "a uma demanda da sociedade, regulando um mercado imperfeito".

Na verdade, porém, as autoridades tentavam dar uma resposta aos caminhoneiros, que tinham como uma das principais bandeiras de sua greve o fim dos reajustes diários do diesel e uma previsibilidade nas correções dos preços dos combustíveis. A greve dos caminhoneiros e decisões equivocadas do

governo levaram à demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobrás. Em sua gestão, Parente reduziu drasticamente o programa de investimento plurianual da empresa e iniciou um programa de venda de ativos.

O objetivo básico era a recomposição da saúde financeira da estatal, seriamente abalada pela irresponsável gestão lulopetista e pelo amplo esquema de corrupção que nela agiu nesse período. Um dos pontos do programa de recuperação era a prática de preços realistas. Na administração petista, os preços dos combustíveis foram artificialmente contidos para reduzir seu impacto inflacionário, mas os efeitos dessa política sobre as receitas da Petrobrás foram devastadores.

Ao anunciar o recuo da ANP com relação à fixação de prazos para os reajustes, seu diretor-geral afirmou que "o ajuste do preço tem que ser livre". Mas anunciou "algumas medidas para garantir a transparência e a competitividade do mercado". Essas medidas farão parte de uma resolução a ser elaborada pela ANP e entre elas está a proibição de divulgação antecipada dos reajustes e de instituição de periodicidade para as correções de preços.

Os preços divulgados devem ser os efetivos e não os médios, como a Petrobrás vem fazendo. Outra decisão da ANP é a de informar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica a necessidade de avaliação da estrutura de refino do petróleo no Brasil, hoje praticamente concentrada nas mãos da Petrobrás, para a identificação de medidas que estimulem a entrada de novas empresas e ampliem a concorrência.

A fixação de prazos para o reajuste dos combustíveis não foi a única medida ineficaz do governo anunciada no auge das turbulências provocadas pela greve dos caminhoneiros. A fórmula para reduzir em R\$ 0,46 o preço do litro do diesel até dezembro - que implica subsídios de cerca de R\$ 9,5 bilhões - está tendo efeito desprezível. Se o preço tivesse continuado livre, estaria abaixo do praticado atualmente, por causa da queda do petróleo no mercado internacional.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina tem preço mais baixo desde fim da greve

O motorista do Distrito Federal está sentindo um certo alívio, ainda que momentâneo, na hora de abastecer o carro. A média de preços da gasolina em Brasília atingiu o menor valor desde a greve dos caminhoneiros, ocorrida no fim de maio. Na época, o litro do combustível vendido no DF chegou a R\$ 4,87. No

entanto, em levantamento feito pelo Correio nesta semana, a média caiu para R\$ 4,56, valor 6,4% abaixo do calculado na época do movimento.

Para quem está disposto a rodar e pagar o menor preço, o combustível pode ser encontrado a R\$ 4,16 em um posto de Taguatinga, valor mais baixo registrado no DF. De acordo com Rodrigo Souza, 39, chefe de pista do estabelecimento, a diminuição dos preços é explicada pela redução anunciada pela Petrobras nas refinarias. “Essa queda vem do último repasse anunciado pela estatal na terça-feira”, disse.

Movimento

Segundo Souza, o preço abaixo da média de R\$ 4,56 calculada pelo Correio explica-se pelas práticas adotadas pelo dono do estabelecimento, as quais garantem um fluxo constante de motoristas no dia a dia do negócio. “O movimento aqui sempre foi grande. Agora, caso o movimento caia, já é motivo de alerta. Aí sabemos que temos que reduzir o preço do litro em alguns centavos”, explicou.

De acordo com César Bergo, professor da Universidade de Brasília (UnB), a queda observada nos estabelecimentos da cidade é fruto da estabilização das cotações do barril do petróleo no mercado internacional, além do dólar em queda. Os dois fatores determinam o preço de venda da gasolina nas refinarias. “O preço do barril, no momento, está estabilizado e, olhando para o segundo semestre, a tendência é de que o valor do petróleo continue estável, o que pode ajudar o consumidor”, explicou.

“A queda dos preços favorece o bolso do consumidor. Além disso, a tendência, agora, é de haver concorrência acirrada, com postos de bandeiras independentes mais atuantes no cenário local. Isso é bom, já que evita a formação de cartéis”, avaliou Bergo. O professor aconselha as pessoas a ficarem atentas aos preços anunciados e, sempre que possível, pesquisar antes de abastecer.

“O consumidor tem que formar uma espécie de ‘cooperativa entre amigos’. Ou seja, sempre que possível, registrar os menores preços encontrados e compartilhar a informação com seus contatos. Isso ajuda não só ele, mas donos de postos que cobrem preços mais baixos. Mas é necessário averiguar a procedência e a qualidade do combustível. Sempre desconfie de preços muito reduzidos”, alertou.

As orientações de Bergo são seguidas por Bruno Braga, 21 anos, militar, que busca economizar na hora de abastecer o carro. “Procuro sempre rodar pela cidade à procura do melhor preço. É a única forma que encontro diante do

cenário atual”, afirma. Mesmo com a redução dos preços, ainda há clientes descontentes com os valores cobrados nas bombas, como Sérgio Fernandes, 28, autônomo. “Mesmo tendo caído de preço, o combustível ainda está caro. Mas não se pode cortar a gasolina do consumo, né?”, disse.

Repasse

Ontem, a Petrobras sugeriu à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a criação de um mecanismo tributário que possibilite suavizar o repasse do preço da gasolina ao consumidor. Em nota, a estatal também informou que a política de preços implementada desde julho de 2017 — pela qual os valores são reajustados sempre que haja variação do dólar ou da cotação do petróleo — possibilitou a competição com importadores independentes, que variam seus preços diariamente.

** Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo*

MME / ASCOM .